

Resumo da Intervenção de Tiago Pitta e Cunha no I Congresso Nacional sobre Segurança e Defesa

«A dimensão marítima da segurança»

Não é difícil fazer uma ligação entre segurança e mar, dado que as questões de segurança começam nas fronteiras e que uma grande parte das fronteiras nacionais, bem como das europeias são fronteiras marítimas.

Quando falamos em “segurança” no contexto do mar devemos ressaltar que existem várias dimensões implicadas. A segurança face às ameaças de acções criminosas contra a segurança das pessoas e bens e a segurança ambiental e da navegação face a acidentes de origem humana ou decorrentes de catástrofes naturais.

Na língua inglesa a segurança naquela primeira dimensão designa-se de “security” e na segunda dimensão designa-se de “safety”. A segurança no sentido “safety” é extremamente importante para um país como Portugal. Pense-se no que seriam as consequências para a economia nacional decorrentes de um acidente como o ocorrido com o navio “Prestige”, caso ele viesse a ter lugar ao largo do cabo São Vicente, no Algarve. Não obstante, para a Europa, por causa das medidas já tomadas desde esse acidente, aliás antecedido pelo acidente do navio “Erika”, a grande desafio no momento são as ameaças que se colocam á nossa segurança, no sentido de “security”.

Assim, ás ameaças provenientes do tráfico de estupefacientes, que penetram as nossas fronteiras marítimas, juntaram-se nos últimos anos as ameaças provenientes do terrorismo e do tráfico de seres humanos.

A dimensão do desafio da segurança pode ser ilustrado pelo facto de 2/3 das fronteiras europeias serem fronteiras marítimas, bem como porque 90% do comércio externo europeu se processa por mar através dos nossos portos e dos nossos transportes marítimos.

A União Europeia tem procurado intervir no sentido de mitigar estas ameaças à sua segurança. Criou uma agência para a vigilância das fronteiras, a “FRONTEX”, e procura, por exemplo, responder às ameaças concretas que nos colocam o tráfico de seres humanos, tendo tomado medidas através da Comunicação Eursur, que como o seu nome indica se debruça com as ameaças que por causa daquele tipo de crime internacional pendem sobre as fronteiras meridionais e em particular mediterrâneas do continente europeu.

Portugal, dada a vasta área marítima sob sua jurisdição que se encontra nas proximidades do Mar Mediterrâneo está no centro do tabuleiro geo-estratégico, no contexto das ameaças com que as fronteiras meridionais europeias se defrontam.

No entanto, as ameaças que nos chegam por via marítima não se circunscrevem ao sul da Europa. Eles existem noutras bacias marítimas, incluindo até o Mar Báltico. Aliás as ameaças à segurança dos interesses europeus podem mesmo ter lugar longe do continente, como o comprovam as ameaças que a pirataria constitui na região do Corno de África. Esta ameaça suscitou a reacção europeia consubstanciada na operação “Atalanta”.

A Política Marítima Integrada Europeia tem sido um novo mecanismo para Bruxelas avançar na agenda da segurança marítima europeia. Perante a posição do Parlamento Europeu, no sentido de constituir-se uma guarda costeira europeia, a Comissão tem vindo a fazer uma abordagem à questão da vigilância marítima propondo uma melhor articulação entre os Estados-membros da União. Nestas propostas incluem-se o lançamento de projectos-piloto circunscritos a algumas bacias marítimas, sendo que o primeiro a arrancar incide sobre o Mar Mediterrâneo e as suas proximidades atlânticas. As duas medidas principais respeitam (i) à criação de um espaço de troca e acesso à informação pertinente para uma vigilância eficaz, bem como em avançar com a inter-operabilidade dos sistemas de comunicação e da tecnologia dos Estados-membros; (ii) e à coordenação dos serviços de vigilância entre e dentro dos Estado-membros.

A evolução desta abordagem poderia levar à criação de uma plataforma europeia de guardas costeiras, com a difusão de melhores práticas, e a possibilidade de passar a haver treinos e equipamentos conjuntos.

Portugal deveria preocupar-se mais com a questão da segurança e vigilância marítima, pela vastidão das áreas marítimas sob sua jurisdição, pelo potencial geo-estratégico que dispõe e pelas ameaças que defronta. Por isso, os meios de vigilâncias não se devem limitar à patrulha das costas, mas deve começar em terra e prolongar-se no alto mar. Neste sentido a disponibilização de meios de defesa oceânicos, incluindo o uso de submarinos é essencial.

Nos últimos anos tem havido em Portugal um ressurgimento do pensamento estratégico sobre o mar. Esse pensamento inclui inevitavelmente a questão da segurança e da vigilância marítima. A Comissão Estratégica dos Oceanos, que em 2003 e 2004 veio relançar a reflexão estratégica sobre o mar em Portugal, formulou várias recomendações, incluindo a necessidade de se reforçar os meios aéreos e navais nacionais e valorizar a nossa participação na NATO e na União Europeia. Também a actual Estratégia Nacional para o Mar propõe clarificar as competências, garantido a eficácia do sistema da Autoridade Marítima, incentivar os meios de coordenação existentes e apoiar a

implementação do Sistema de Controlo do Tráfego Marítimo Costeiro (VTS) e do Sistema Integrado de Vigilância Costeira.

Concluindo, a melhor contribuição que o mar pode dar à segurança nacional é através da sua exploração como o principal recurso nacional. Se soubermos desenvolver a economia do mar, como apelou recentemente o Senhor Presidente da República, vamos poder ocupar melhor os nossos espaços marítimos, vamos poder vigiá-los e vamos compreender o valor a defender, desta forma assegurando a segurança daqueles espaços marítimos e logo também a nossa segurança.